

APRESENTAÇÃO

Em cumprimento ao que dispõe o art. 78, § 3º, da Lei Orgânica do Distrito Federal e o art. 82 da Lei Complementar nº 1/94 – Lei Orgânica deste Tribunal, apresento o Relatório de Atividades do Tribunal de Contas do Distrito Federal – TCDF, referente ao 3º trimestre de 2013, para remessa à Câmara Legislativa do Distrito Federal – CLDF.

Este Relatório de Atividades consolida as principais ações efetivadas pelo TCDF, englobando as ações de controle externo e as organizacionais de apoio à atividade fim do Tribunal.

As realizações no trimestre, desenvolvidas em harmonia com as orientações superiores da Casa, traduzem os esforços desta Corte para cumprir sua missão de maneira cada vez mais efetiva, eficaz, eficiente e econômica.

Inácio Magalhães Filho
Presidente

Sumário

1. INTRODUÇÃO	3
2. PRINCIPAIS RESULTADOS DAS AÇÕES DE CONTROLE DO TCDF	4
3. ATIVIDADES DE CONTROLE EXTERNO	5
3.1 Julgamentos e Decisões	5
3.1.1 Sessões Realizadas	5
3.1.2 Cobranças Executivas	7
3.2 Fiscalização Realizada	7
3.2.1 Auditorias e Inspeções	7
3.2.2 Instrução de Processos	8
3.3 Benefícios Mensuráveis das Ações de Controle	9
4. ATIVIDADES ORGANIZACIONAIS	12
4.1 Planejamento e Modernização Institucional	12
4.2 Gestão de Recursos Humanos	12
4.3 Execução da Despesa	15
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	16

1. INTRODUÇÃO

Dispondo de 535 servidores ativos em 30.09.13, o TCDF cumpre sua missão institucional com a estrutura básica contida em seu organograma (Anexo 1) e de acordo com a composição descrita a seguir:

- *colegiado: Plenário;*
- *direção: Presidente e Vice-Presidente/Corregedor;*
- *órgãos técnicos e administrativos: Gabinetes do Presidente, Conselheiros, Auditores, Procurador-Geral do Ministério Público junto ao Tribunal e Procuradores; Secretaria-Geral de Controle Externo; Secretarias de Controle Externo; Núcleos de Fiscalização; Consultoria Jurídica; Secretaria das Sessões; Secretaria-Geral de Administração; Divisão de Planejamento e Modernização Administrativa; Divisão de Controle Interno e Divisão de Tecnologia da Informação.*

Regido pelos princípios da unidade, da indivisibilidade e da independência funcional, atua nesta Corte o Ministério Público junto ao Tribunal, com três Procuradores sob a direção de um Procurador-Geral, exercendo as funções de guarda da lei e fiscal de sua execução.

Por intermédio desses órgãos efetiva-se a ação fiscalizadora do Tribunal, cuja divulgação, no que concerne à Câmara Legislativa, está prevista no § 3º do art. 78 da Lei Orgânica do Distrito Federal, combinado com o art. 82 da Lei Complementar nº 1, de 09.05.94, segundo os quais deve esta Corte encaminhar à CLDF, trimestral e anualmente, relatório circunstanciado e demonstrativo de suas atividades internas e de Controle Externo.

Constitui-se, pois, este Relatório de Atividades em documento que consolida as realizações do Tribunal no 3º trimestre de 2013, nos campos administrativo e do Controle Externo, distribuídas de acordo com os seguintes tópicos:

- *Atividades de Controle Externo - Julgamentos e decisões; fiscalização realizada; e Benefícios Mensuráveis das Ações de Controle;*
- *Atividades Organizacionais - Planejamento e modernização institucional; gestão de recursos humanos; e execução da despesa;*
- *Considerações Finais - Síntese das realizações do período e comentários finais;*
- *Anexos - Organograma do Tribunal e Execução da Despesa.*

2. PRINCIPAIS RESULTADOS DAS AÇÕES DE CONTROLE DO TCDF

Número de decisões do Tribunal	1.875
Acórdãos proferidos	99
Prejuízos Identificados e Evitados	R\$ 39.009.229,57
Valor das condenações	R\$ 12.075.447,37
Licitações e contratos suspensos cautelarmente	28
Responsáveis condenados em débito e/ou multados	84
Responsáveis inabilitados para o exercício de cargo em comissão ou função de confiança na Administração Pública Distrital	12
Processos julgados conclusivamente	1.003

Fonte: e-TCDF

3. ATIVIDADES DE CONTROLE EXTERNO

3.1 Julgamentos e Decisões

O julgamento das contas de administradores e demais responsáveis por dinheiros, bens e valores públicos, a apreciação das Contas do Governo a serem apresentadas à Câmara Legislativa e as demais decisões referentes às atividades de Controle Externo são atos formalizados por deliberações do Plenário, podendo o Presidente, nos casos previstos no Regimento Interno, decidir também sobre matéria de competência do Tribunal, *ad referendum* do Plenário.

3.1.1 Sessões Realizadas

Para apreciar matérias de sua competência, o Plenário reuniu-se, no 3º trimestre, conforme quantitativos indicados na Tabela 1. Dentre o total de decisões prolatadas foram proferidos 99 acórdãos e 1.003 processos foram julgados conclusivamente.

Tabela 1: Sessões e Decisões por Tipo de Sessão

Tipo de Sessão	Sessões	Decisões
Ordinária	26	1.823
Extraordinária	0	0
Extraordinária administrativa	3	6
Extraordinária reservada	20	46
Especial	1	0
Total	50	1.875

Obs.: O teor das decisões, bem assim das atas das sessões realizadas, está disponível no site do TCDF na Internet, no endereço www.tc.df.gov.br

Despachos Singulares – Foram proferidos pelos membros do Plenário os quantitativos de despachos singulares demonstrados na Tabela 2.

Tabela 2: Despachos Singulares

Tipo de Sessão	Despachos realizados
Ordinária	51
Extraordinária	-
Extraordinária reservada	0
Extraordinária administrativa	-
Total	51

Pela Presidência foram proferidas 17 decisões e 3 decisões liminares, na qual o Presidente decidiu *ad referendum* do Plenário, com fundamento no art. 85 do Regimento Interno do TCDF.

Licitações e contratos suspensos cautelarmente – Visando à preservação do erário, relativamente ao assunto em destaque, os relatores

designados, ou o Tribunal, concederam medidas cautelares em 28 processos, conforme detalhado na Tabela 3.

Tabela 3: Licitações e Contratos Suspensos Cautelarmente

Nº do Processo	Decisão/Despacho Singular
27819/ 2012	3098/ 2013
20924/ 2013	3140/ 2013
23567/ 2013	3194/ 2013
31204/ 2012	3201/ 2013
10546/ 2013	3298/ 2013
18046/ 2012	3299/ 2013
24202/ 2013	3393/ 2013
20983/ 2013	3451/ 2013
26019/ 2013	3691/ 2013
25748/ 2013	3836/ 2013
27180/ 2013	Desp. Sing. 592/ 2013-PT
26086/ 2013	4012/ 2013
25381/ 2013	4052/ 2013
28160/ 2013	4053/ 2013
22544/ 2013	Desp. Sing. 569/ 2013-RR
28046/ 2013	Desp. Sing. 346/ 2013-MA
29034/ 2013	4125/ 2013
39869/ 2007	4185/ 2013
26116/ 2013	4211/ 2013
28810/ 2013	4212/ 2013
29468/ 2013	4422/ 2013
29441/ 2013	4423/ 2013
30393/ 2013	4662/ 2013
30156/ 2013	4665/ 2013
27244/ 2013	Desp. Sing. 736/ 2013-RR
20983/ 2013	4670/ 2013
32019/ 2013	4749/ 2013
30865/ 2013	78/ 2013-Res.

3.1.2 Cobranças Executivas

Quando julgado em débito pelo Tribunal, o responsável é notificado para, em trinta dias, recolher a importância devida, com os acréscimos legais. Expirado esse prazo, sem manifestação do interessado, a Corte poderá autorizar a cobrança judicial da dívida.

As decisões condenatórias de responsáveis em débito são formalizadas em ACORDÃO, cuja publicação no Diário Oficial do DF constitui título executivo bastante para cobrança judicial, nos termos da legislação vigente.

Existem sob acompanhamento do MPJTCD 439 ACORDÃOS do TCDF, dos quais 131 consistem em cobranças executivas ajuizadas no Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios. Os ACORDÃOS sob acompanhamento podem ser visualizados no *site* do MPJTCD na *internet*, no *link* EXECUÇÃO DE ACÓRDÃOS.

Nos campos institucional e administrativo foram desenvolvidas pelo MPJTCD diversas ações, cabendo realçar, no trimestre, a participação de membros e servidores em eventos de capacitação, consolidados na Tabela 7 (item 4.2 - *Gestão de Recursos Humanos*), bem como o encaminhamento ao TCDF de 19 representações alusivas à fiscalização de assuntos de competência do Tribunal.

Destaca-se também, no período, a recomposição do quadro do MPJTCD, com a posse do Procurador Marcos Felipe Pinheiro Lima, aprovado em concurso de provas e títulos, para compor a 4ª Procuradoria do *Parquet*.

3.2 Fiscalização Realizada

No âmbito do Tribunal, as Secretarias de Controle Externo oferecem apoio técnico-administrativo ao Plenário no que diz respeito à instrução preliminar dos processos relativos às atividades de controle externo, incluindo-se aí a realização de AUDITORIAS e INSPEÇÕES nos órgãos e entidades jurisdicionados. Nos parágrafos seguintes são apresentadas informações sobre o desenvolvimento dessas atividades no trimestre.

1.1.1 Auditorias e Inspeções

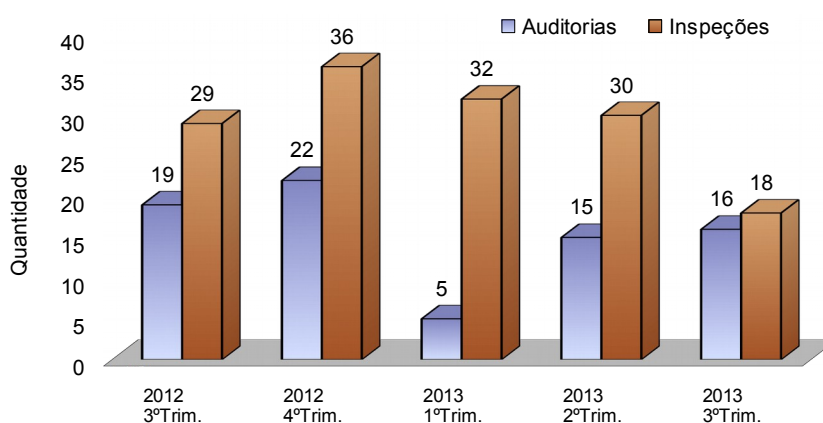
AUDITORIA é a modalidade de fiscalização *in loco* destinada a verificar, junto aos órgãos e entidades jurisdicionados, os atos e fatos administrativos de natureza contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial – especialmente quanto à legalidade e à legitimidade –, bem como o emprego de recursos públicos por entidades de direito privado.

Incluída no grupo de fiscalizações *in loco*, mas de caráter menos abrangente, a INSPEÇÃO é realizada para verificar o cumprimento de decisões do

Tribunal e para obter dados e informações preliminares ou complementares sobre os assuntos em análise nesta Casa.

O Gráfico 1 apresenta série histórica do quantitativo de fiscalizações, evidenciando que, no 3º trimestre, foram concluídas 16 AUDITORIAS e 18 INSPEÇÕES.

Gráfico 1: Auditorias e inspeções realizadas

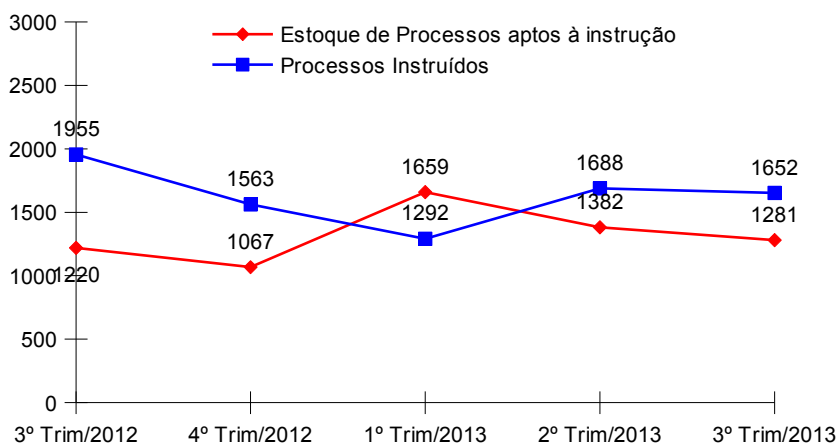


3.2.1 Instrução de Processos

Instrução é o procedimento formal de análise e emissão de relatório técnico em processos, para fins de apreciação pelo Plenário do Tribunal. É adotada tanto nas auditorias e inspeções quanto nos resultados de diligências, atos de admissão, aposentadorias, reformas e pensões, tomadas e prestações de contas, contratos, convênios e outros assuntos sujeitos ao controle externo.

Da mesma forma que ocorre com as fiscalizações externas, a atividade de INSTRUÇÃO DE PROCESSOS ocupa parcela considerável da força de trabalho em exercício na área-fim do Tribunal. Os processos de diversas naturezas são instruídos pelas Secretarias e Núcleos de Fiscalização e encaminhados para apreciação plenária ou emissão de parecer pelo Ministério Público. No terceiro trimestre, foram realizadas 1.652 INSTRUÇÕES DE PROCESSOS. O Gráfico 2 registra a realização de instruções de processos a cada trimestre do ano, confrontando tal atividade com o ESTOQUE DE PROCESSOS para serem instruídos ao final de cada período.

Gráfico 2: Instrução e Estoque de Processos



Fonte: Acompanhamento da SEGECEX, Estoque em 05.07.2013.

Registre-se que do estoque de processos do Tribunal, ao final do trimestre, 1.281 autos encontravam-se APTOS À INSTRUÇÃO, ou seja, em condições de serem instruídos; e 2.385 processos, COM TRAMITAÇÃO PARALISADA, aí incluídos os sobrestados e os que aguardam processo de tomada de contas especial, cumprimento de diligência, defesa, recebimento de expediente, regularização de débito ou decisão judicial, entre outros motivos que obstem a instrução do processo.

3.3 Benefícios Mensuráveis das Ações de Controle

Em razão do volume de recursos e da crescente evolução e complexidade das normas que organizam as atividades do Estado, as instituições de controle necessitam estar cada vez mais aparelhadas a atuar de forma ágil e transparente, utilizando-se de critérios relativos à seletividade, materialidade, entre outros. Nesse contexto, a sociedade demonstra estar atenta à necessidade de exigir resultados da aplicação dos recursos confiados aos agentes públicos e dos benefícios advindos da atuação dos órgãos estatais, o que torna cada vez mais essenciais as atividades executadas pelos órgãos de controle externo.

Relativamente aos benefícios da atuação do controle externo, podemos classificá-los em mensuráveis e não mensuráveis. No que diz respeito a este último, sua ocorrência e relevância reside no fato de que a existência de uma entidade fiscalizadora por si só já inibe ou minimiza a prática de atos desconformes com os princípios basilares da administração pública.

No que se refere aos benefícios mensuráveis da atividade de controle externo, apresenta-se aqui uma estimativa com base em informações extraídas do e-TCDF, com fundamento nas decisões plenárias prolatadas no 3º trimestre de 2013, consoante os critérios definidos na Portaria nº 236/02. Na Tabela 4 a seguir, são apresentados os valores relativos a Prejuízos Identificados e Evitados.

Tabela 4: Prejuízos Identificados e Evitados

Processo	Prejuízo Identificado/Evitado (R\$)	Decisão
15357/2012	854.047,74	1788/13
15564/2013	680.194,13	3395/13
15874/2013	7.410.939,82	2207/13
17341/2012	3.956.009,71	3141/13
17274/2011	207.481,21	49/13-RES
2859/2013	649.136,80	3454/13
41656/2012	42.902,12	3713/13
22553/2011	1.597.175,96	3951/13
16382/2013	1.754.052,04	3608/13
7583/2013	3.480.341,08	3609/13
8293/2007	8.389.085,73	4691/13
23287/2012	1.598.128,90	4698/13
18970/2008	654.689,85	4308/13
4465/2012	1.735.044,48	4315/13
29195/2007	6.000.000,00	4447/13
Total	39.009.229,57	-

Em decorrência da atuação desta Corte, foram condenados em débito ou multados 84 responsáveis. Deste total, 12 foram inabilitados para o exercício de cargo em comissão ou função de confiança na Administração Pública distrital. A Tabela 5 registra o Valor das Condenações e o respectivo processo.

Tabela 5: Valor das Condenações

Processo	Valor (R\$)
986/2009	1.253,60
11376/2009	333.319,34
4996/2012	228.250,77
43266/2006	11.108,99
2070/2008	60.000,00
8876/2008	1.321.005,20
35084/2008	1.276.740,19
13031/2011	7.100,00
3075/2004	628.407,42
4702/2011	1.169,80
26163/2010	1.169,80
2496/1998	2.000,00
10809/2009	1.169,80
29829/2007	47.325,67
18747/2012	105.576,41
5849/2011	99.580,05
11771/2006	3.148.628,75
12226/2012	1.169,80
14283/2011	105.757,85
29469/11	134.220,53
31232/2008	158.781,38
34458/2007	18.000,00
26772/2009	184.709,85
35825/2011	59.602,58
20114/2010	7.018,80
11368/2009	51.760,50
15640/2007	4.000,00
10801/2010	859.280,25
15190/2011	2.339,60
26575/2011	55.022,49
20852/2011	12.000,00
13783/2011	99.337,18
20739/2011	132.189,83
29884/2011	12.000,00
5872/2009	36.073,82
39513/2009	1.500,00
3776/2006	9.000,00
26309/2010	48.000,00
21313/2007	2.400,00
22786/2007	R\$ 136.617,93
38174/2011	2.768.873,72
3298/2010	35.094,00
2039/2012	1.169,80
19999/2012	2.339,60
Total	12.075.447,37

4. ATIVIDADES ORGANIZACIONAIS

4.1 Planejamento e Modernização Institucional

As ações e iniciativas organizacionais a seguir relatadas orientam-se nos Objetivos Estratégicos do Tribunal, que privilegiam a priorização e a orientação das ações de controle externo por relevância, a garantia de maior efetividade dos instrumentos de controle e a agilidade do ciclo processual, a intensificação de medidas preventivas e orientadoras, o monitoramento do cumprimento das decisões, a ênfase no controle sistêmico, o aprimoramento da comunicação com a sociedade, o aperfeiçoamento dos sistemas de tecnologia da informação, a permanente qualificação e motivação dos servidores, o desenvolvimento de cultura orientada para resultados, e a intensificação do intercâmbio com os demais órgãos de controle.

4.2 Gestão de Recursos Humanos

Desenvolver o capital humano para o pleno atingimento dos objetivos estratégicos institucionais tem sido uma preocupação permanente da direção do Tribunal. Nesse sentido, as ações na área de gestão de recursos humanos do TCDF objetivam dotá-lo de servidores competentes e motivados para o exercício das suas atribuições funcionais.

Nesse sentido, foi encaminhado pelo TCDF à CLDF projeto de lei que resultou na aprovação da Lei nº 5.196, de 26 de setembro de 2013, que dispõe sobre a recomposição inflacionária dos vencimentos dos cargos efetivos, dos cargos de natureza especial, dos cargos em comissão, e das funções de confiança dos Serviços Auxiliares do TCDF.

Com vistas à regulamentação de matérias relativas à área de pessoal no âmbito desta Corte, foram editados, no período, os seguintes atos normativos:

- *Resolução nº 265/13, que Consolida as Resoluções referentes ao Quadro de Pessoal dos Serviços Auxiliares do TCDF;*
- *Portaria nº 273/13, que dispõe sobre a concessão de diárias e passagens previstas nos arts. 101, inciso I, 104 e 105, da Lei Complementar nº 840/11;*
- *Portaria nº 275/13, que reajusta os limites de reembolso por faixa etária previstos no Regulamento Geral do Pró-Saúde;*
- *Portaria nº 282/13, que dispõe sobre o cadastramento anual e atualização de dados cadastrais dos membros e servidores aposentados e dos pensionistas do TCDF.*

Quadro de Pessoal – A Tabela 6 retrata o quantitativo de pessoal do TCDF ao final do período, apresentando um comparativo com os cargos providos no final do trimestre anterior.

Tabela 6: Demonstrativo do Quadro de Pessoal do Tribunal

Discriminação	Efetivo Previsto	Cargos Ocupados		% de Cargos Ocupados em
		Posição em 30.06.13	Posição em 30.09.13	
Auditor de Controle Externo	270	248	246	91
Técnico de Finanças e Controle Externo	34	5	5	15
Analista de Administração Pública	50	2	2	4
Técnico de Administração Pública	258	153	154	60
Auxiliar de Administração Pública	73	41	40	55
Subtotal	685	449	447	65
Conselheiros	7	7	7	100
Auditores	3	1	0	0
Procuradores	4	3	4	100
Comissionados sem vínculo efetivo	-	47	41	-
Requisitados a outros Órgãos	-	31	36	-
Total	699	538	535	77

Treinamento e Intercâmbio Institucional – O Tribunal desenvolve periodicamente ações voltadas para o permanente aperfeiçoamento de membros e servidores da Casa, tais como cursos, palestras, seminários, encontros com instituições congêneres e contatos com autoridades, representantes de entidades etc. A Tabela 7 consolida os eventos realizados ou iniciados no 3º trimestre.

Tabela 7: Demonstrativo dos Eventos de Capacitação dos Servidores

Cursos	Número de participantes	Carga Horária (h)	Custo do evento (R\$)	Local
Curso Obras Públicas: Artimanhas e Conluíos	2	16	4.580,00	Brasília
Curso Certified Scrum master	6	18	9.360,00	Brasília
Processo Nos Tribunais de Contas - Acusação, Defesa, Julgamento E Recursos - Odilon Cavallari In Company	43	16	49.000,00	Brasília
Curso de Fiscalização e Acompanhamento de Convênios	2	16	4.160,00	Brasília
Curso Sobre Contratação Direta e Registro de Preços - Aspectos Polêmicos na Visão da Jurisprudência do TCU	3	24	5.820,00	Brasília
Sistema de Registro de Preços – Como Instituir e Gerenciar de Acordo com o Decreto Nº 7.892/13	1	24	3.150,00	Brasília
Terceirização de Serviços de Fiscalização Trabalhista - Previdenciária de Contratos com Prática de Análise Documental	3	24	8.490,00	Curitiba
Curso Sobre a Lei Complementar Nº 840/2011	4	40	sem ônus	Brasília
Fundamentos da Doutrina de Inteligência	2	40	sem ônus	Brasília
Curso Planejamento e Orçamento, com Ênfase no Plano Plurianual, na Lei de Diretrizes Orçamentárias e na Lei Orçamentária Anual	3	24	6.270,00	Belém
Curso Prático de Cerimonial e Protocolo na Administração Pública.	1	16	1.490,00	Brasília
Curso Modernos Procedimentos para Auditoria em Obras Rodoviárias In Company	10	40	18.853,44	Brasília
Curso de Auditoria Operacional	23	30	28.620,00	Brasília
Gestão de Documentos Eletrônicos	1	16	1.890,00	Brasília
Curso de Gestão Sobre Parceria Público-Privada - PPP	1	16	2.490,00	Brasília
Outros Eventos				
21º CIORJ - Congresso Internacional de Odontologia do Rio de Janeiro	1	40	390,00	Rio de Janeiro
XII Encontro do Colégio dos Corregedores e Ouvidores dos Tribunais de Contas	2	8	sem ônus	Rio de Janeiro
XXV Congresso de Biblioteconomia, Documentação e Ciência da Informação	2	4	1.400,00	Florianópolis
Seminário Público sobre os Fatores que Afetam a Qualidade do Ensino Médio e Oficinas de Trabalho para Avaliação das Matrizes de Planejamento Elaboradas pelos Tribunais de Contas	6	24	sem ônus	Brasília
47º Congresso ABIPEM	4	14	2.000,00	Joinville
Seminário Nacional O Regime Diferenciado de Contratações Públicas - RDC	2	16	5.900,00	Brasília
Seminário Execução e Fiscalização dos Contratos Administrativos de Acordo com o TCU e os Tribunais Superiores	1	16	2.950,00	Brasília
Reunião referente à organização do XVI SINAOP	1	16	sem ônus	Florianópolis
Congresso Nacional de Direito Previdenciário	1	16	400,00	Natal
II Encontro de Jurisprudência dos Tribunais de Contas	3	40	sem ônus	Curitiba
São Paulo – Cidades Inteligentes	3	8	sem ônus	São Paulo
Reuniões Presenciais da Diretoria Executiva do IBRAOP	1	32	sem ônus	Brasília/Goiania
Caravana das Ouvidorias da Região Centro-Oeste	1	12	sem ônus	Cuiabá
Soluções Compartilhadas de Sistemas de Controle de Obras Públicas	2	16	sem ônus	Florianópolis
Reuniões Técnicas de Avaliação dos TC's de Alagoas, Sergipe, Bahia e TCM da Bahia	1	40	sem ônus	Salvador
V Seminário 3º Setor e Parcerias na Área de Saúde	8	16	5.600,00	Rio de Janeiro
Capacitação em Parcerias Público-Privadas e Concessões de Serviços Públicos - Engenharia Econômica I e II	16	40	50.700,00	Brasília
A Nova Lei De Resíduos Sólidos E Seus Impactos	4	8	990,00	São Paulo
7º Congresso De Controle Interno E Externo - CONINTER	1	16	1.990,00	Belém
Combate À Corrupção E Lavagem De Dinheiro	1	24	sem ônus	Brasília
Reunião do Comitê Gestor da Rede Nacional de Informações Estratégicas	1	8	sem ônus	Belém
Reunião do Comitê de Contas de Governo do IRB	1	8	sem ônus	Cuiabá
2ª Reunião da Diretoria do IBRAOP	1	16	sem ônus	Florianópolis
IX Congresso Brasileiro de Licitações, Contratos e Compras Governamentais	1	24	940,00	Salvador
EDOC	1	16	800,00	Salvador
Caravana das Ouvidorias da Região Sul	1	16	sem ônus	Porto Alegre
XIX SEMAT	437	8	sem ônus	Brasília
INTOSAI	1	24	sem ônus	Lima - Peru
	610	886	218.233,44	-

4.3 Execução da Despesa

O Anexo 2 – Demonstrativo da Execução da Despesa contém informações a respeito da dotação orçamentária do TCDF para o exercício em curso e da respectiva execução até o final do trimestre. Verifica-se, no citado Anexo, que a execução da despesa alcançou R\$ 146.481.661,14, equivalendo a 55,8% da despesa autorizada total de R\$ 262.418.392,00, registrando-se, pois, saldo orçamentário de R\$ 115.936.730,86.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em atendimento aos Objetivos Estratégicos institucionais e a programação aprovada no Plano Geral de Ação do TCDF para 2013 foram realizadas, no terceiro trimestre, as ações registradas ao longo deste Relatório.

No exercício do controle externo, o Plenário do Tribunal proferiu 1.875 decisões nas 50 sessões realizadas no trimestre. Foram exarados 51 despachos singulares pelos Relatores e pela Presidência foram proferidas 17 decisões e 3 decisões liminares.

No âmbito das Secretarias de Controle Externo foram concluídas 16 auditorias e 18 inspeções e instruídos 1.652 processos no período. O estoque de processos apto a ser instruído situou-se no patamar de 1.281 autos.

No campo organizacional, destaca-se a aprovação da Lei nº 5.196/13, que dispõe sobre a recomposição inflacionária dos vencimentos dos cargos efetivos, dos cargos de natureza especial, dos cargos em comissão, e das funções de confiança dos Serviços Auxiliares do TCDF.

Relativamente aos benefícios mensuráveis decorrentes da atuação do Tribunal, apurados com base na metodologia definida pela Portaria nº 236/02, os valores referentes a Prejuízos Identificados e Evitados somaram cerca de R\$ 39 milhões no terceiro trimestre.

Com base nas realizações dispostas ao longo deste Relatório e acima sintetizadas, constata-se o empenho realizado por esta Corte de Contas, nas áreas de controle externo e organizacional, para cumprir com eficiência e efetividade as competências constitucionais atribuídas ao Tribunal.

Equipe Responsável pelo Relatório

Coordenação Geral

Delso Ferreira da Silva Júnior
Diretor da DIPLAN

Elaboração

Robison Pereira da Silva
Auditor de Controle Externo

Jefferson Gonçalves da Silva
Técnico em Administração Pública

Elizabeth Carneiro Zaiden
Técnica em Administração Pública

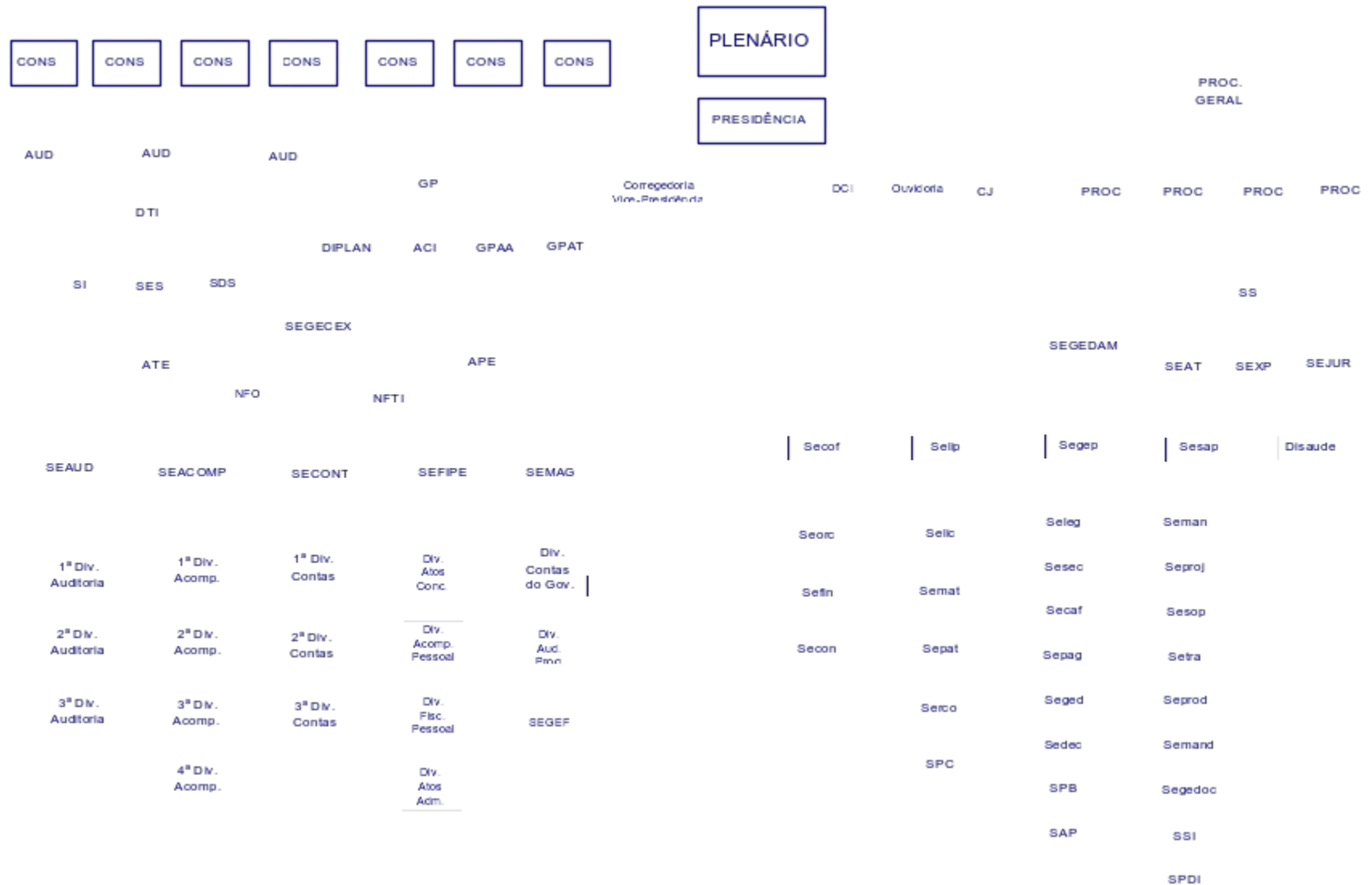
Registre-se, ainda, a participação dos servidores das unidades técnicas e administrativas no fornecimento de dados e informações.

Anexos:

Anexo 1 - Organograma do Tribunal / Significados das Siglas

Anexo 2 - Execução da Despesa

Anexo 1: Organograma do Tribunal



Anexo 1: Significado das Siglas

CONS	Conselheiro
AUD	Aditor
PROC GERAL	Procuradoria Geral
PROC	Procurador
DCI	DIVisão de Controle Interno
CJ	Consultoria Jurídica
GP	Gabinete da Presidência
GPAA	Assessoria Administrativa do Gabinete da Presidência
GPAT	Assessoria Técnica do Gabinete da Presidência
ACI	Assessoria de Comunicação Institucional
DIPLAN	DIVisão de Planejamento e Modernização Administrativa
DTI	DIVisão de Tecnologia da Informação
SI	Seção de Infraestrutura
SES	Seção de Entrega de Serviços
SDS	Seção de Desenvolvimento de Soluções
SS	Secretaria das Sessões
SEAT	Serviço de Apoio Técnico
SEXP	Serviço de Expedição e Plenário
SEJUR	Serviço de Jurisprudência
SEGECEX	Secretaria-Geral de Controle Externo
ATE	Assessoria Técnica e de Estudos Especiais
APE	Assessoria de Planejamento Estratégico da Fiscalização
NFO	Núcleo de Fiscalização de Obras e Serviços de Engenharia
NFTI	Núcleo de Fiscalização de Tecnologia da Informação
SEAUD	Secretaria de Auditoria
Div. Auditoria	DIVisão de Auditoria
SEACOMP	Secretaria de Acompanhamento
Div. Acomp.	DIVisão de Acompanhamento
SECONT	Secretaria de Contas
Div. Contas	DIVisão de Contas
SEFIPE	Secretaria de Fiscalização de Pessoal
Div. Atos Conc.	DIVisão de Atos de Concessão
Div. Acomp. Pessoal	DIVisão de Acompanhamento de Pessoal
Div. Fisc. Pessoal	DIVisão de Fiscalização de Pessoal
Div. Atos Adm.	DIVisão de Atos de Admissão
SEMAG	Secretaria de Macroavaliação da Gestão Pública
Div. Contas do Gov.	DIVisão de Contas do Governo
Div. Aud. Prog.	DIVisão de Auditoria de Programas e de Recursos Externos
SEGEF	Serviço de Gestão Fiscal
SEGEDAM	Secretaria-Geral de Administração
Secof	Secretaria de Orçamento, Finanças e Contabilidade
Secorc	Serviço de Execução Orçamentária
Seffn	Serviço de Execução Financeira
Secon	Serviço de Contabilidade
Seilp	Secretaria de Licitação, Material e Patrimônio
Sellic	Serviço de Licitação
Semat	Serviço de Material
Sepat	Serviço de Patrimônio
Serco	Serviço de Contratos
SPC	Supervisão de Planejamento da Contratação
Segep	Secretaria de Gestão de Pessoas
Seleg	Serviço de Legislação de Pessoal
Secaf	Serviço de Cadastro Funcional
Sepag	Serviço de Pagamento de Pessoal
Seged	Serviço de Gestão do Desempenho
Sesec	Serviço de Seleção e Capacitação
Sedec	Serviço de Desenvolvimento de Competências
SPB	Supervisão de Proventos, Pensões e Benefícios
SAP	Supervisão de Atendimento e Apoio aos Aposentados e Pensionistas
Sesap	Secretaria de Engenharia e Serviços de Apoio
Seman	Serviço de Manutenção
SeproJ	Serviço de Obras e Projetos
Sesop	Serviço de Segurança e Suporte Operacional
Setra	Serviço de Transportes
Seprod	Serviço de Protocolo e Preservação Documental
Semand	Serviço de Expedição de Mandados
Segedoc	Serviço de Gestão da Informação e da Documentação
SSI	Supervisão de Sistemas de Informação
SPDI	Supervisão de Pesquisa e Disseminação da Informação
Disaude	DIVisão de Programas da Saúde

Anexo 2: Execução da Despesa

DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO DA DESPESA - 3º TRIMESTRE DE 2013

PROGRAMA DE TRABALHO	Dotação Inicial	Despesa Autorizada	Total Empenhado	Crédito Disponível
MODERNIZAÇÃO DO CONTROLE EXTERNO	100.000,00	100.000,00	0,00	100.000,00
PROMOEX - PROGRAMA DE MODERNIZAÇÃO DO SISTEMA DE CONTROLE EXTERNO	0,00	402.117,00	402.116,20	0,80
CONCESSÃO DE BOLSA-ESTÁGIO	2.000.000,00	2.000.000,00	1.470.000,00	530.000,00
ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL	197.515.801,00	197.515.801,00	110.617.143,44	86.898.657,56
CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS AOS SERVIDORES	21.550.000,00	21.550.000,00	14.071.732,89	7.478.267,11
MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS	11.325.974,00	12.575.974,00	10.030.015,41	2.545.958,59
MODERNIZAÇÃO DO SISTEMA DE INFORMAÇÃO	5.264.500,00	5.264.500,00	2.044.257,02	3.220.242,98
GESTÃO DA INFORMAÇÃO E SISTEMA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	2.000.000,00	2.000.000,00	587.124,08	1.412.875,92
CAPACITAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS	640.000,00	740.000,00	563.121,71	176.878,29
PUBLICIDADE E PROPAGANDA INSTITUCIONAL	320.000,00	320.000,00	16.925,91	303.074,09
REFORMAS DE PRÉDIOS E PRÓPRIOS	8.100.000,00	6.650.000,00	383.135,40	6.266.864,60
EXECUÇÃO DE SENTENÇAS JUDICIAIS	1.880.000,00	1.880.000,00	348.408,57	1.531.591,43
RESSARCIMENTOS, INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	11.320.000,00	11.420.000,00	5.947.680,51	5.472.319,49
TOTALS	262.016.275,00	262.418.392,00	146.481.661,14	115.936.730,86

Fonte: SIGGO - consulta realizada no dia 14.10.2013.